



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

### ATA NÚMERO 77

#### ATA DA V SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E DOZE, REALIZADA NO DIA VINTE DE DEZEMBRO

— Aos **vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze**, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a **V Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, pelas catorze horas e quinze minutos.

— Procedeu-se à **chamada dos autarcas**, tendo-se registado as seguintes **presenças iniciais**: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, Irina Nöel Matias Batista, Segunda Secretária da Mesa, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Nelson Pinheiro da Silva Lopes e Paulo Jorge Custódio Pinto, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Bernardo António Serra Palheta, eleito pelo Partido Socialista e Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda. Estiveram, também presentes, os membros natos da Assembleia, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. O autarca Joaquim Manuel Louro Cabeça, do Partido Socialista, comunicou antecipadamente a sua ausência, por período inferior a trinta dias, e requereu a sua substituição, nos termos legais e regimentais aplicáveis, tendo sido substituído por João Carlos Sovelas Gatinho, presente desde o início na sessão. O autarca, António José Bastos de Oliveira Martinho, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata comunicou antecipadamente a sua ausência, por período inferior a trinta dias, e requereu a sua substituição, nos termos legais e regimentais aplicáveis, tendo sido substituído por Miguel Barradas Messias da Silva, que esteve presente na sessão, já após a chamada dos autarcas, e tomou parte como membro da Assembleia, como adiante se dará conta. A Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, eleita pela Coligação Democrática Unitária, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, fez-se substituir pelo seu representante legal, Nuno Fernando Gonçalves Rolo, presente na sessão desde o início. **Registaram-se as faltas justificadas** das autarcas, Sílvia Arminda Calado Frazão, da Coligação Democrática Unitária e Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, do Centro Democrático Social/Partido Popular.

— O **Presidente da Mesa** verificou, assim, haver **quórum**, sendo que os trabalhos iniciaram-se na **presença de dezanove autarcas**.

— E, como **questão prévia**, sujeitou ao plenário do órgão deliberativo **a retirada do ponto nove da ordem de trabalhos da presente sessão**, explicando que quando, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, tomou conhecimento das faltas reiteradas de membro designado pela Assembleia para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, na sua composição alargada, e confiando que o regulamento interno da mesma Comissão expressamente previa que após três faltas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

injustificadas de qualquer dos seus membros ocorreria a perda automática do inerente mandato, decidiu integrar na ordem de trabalhos da presente sessão, o assunto da designação, pelo plenário, de membro substituto naquela Comissão. Afirmou que atempadamente deu conta de que a decisão tomada assentava num erro, ademais tendo detetado que não haviam sido diligenciados quaisquer contatos prévio com o atual membro designado pela Assembleia Municipal, cuja auscultação é essencial e justa, devendo ouvir também a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Benavente. **Por consenso a Assembleia deliberou a retirada do ponto nove da ordem de trabalhos, o que implicou a renumeração dos pontos que estavam ordenados imediatamente depois do assunto retirado.**

— Após o que chamou a atenção dos autarcas para a **documentação constante das pastas individuais**, mencionando sumariamente a correspondência remetida e expedida e pôs a mesma a consulta.

— Quanto à **Ata da I sessão extraordinária da Assembleia Municipal, do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e doze, o Presidente da Mesa pediu a dispensa da sua leitura, o que foi aceite.** Não houve menção de quaisquer retificações a introduzir ao teor da ata, pelo que a mesma, **foi votada e aprovada por unanimidade.**

— O **Presidente da Mesa** iniciou, então, o **Período de Antes da Ordem do Dia**, solicitou inscrições para uso da palavra, fixou que, entretanto, deveriam ser entregues na Mesa os documentos a sujeitar a votação, apresentados pelas diversas forças político-partidárias e mencionou que a sua leitura deveria ser feita por cada um dos proponentes, após as intervenções iniciais e respetivas respostas do Presidente do Executivo Municipal.

— **Dada a palavra ao plenário, inscreveram-se os autarcas: Dora Morgado, Sónia Ferreira, Nelson Lopes e Nuno Vieira.**

— **Dora Morgado** começou por endereçar a todos os presentes os desejos de boas festas e, na qualidade de coordenadora da **Comissão Permanente** da Assembleia Municipal que, entre outras, tem a temática da **Educação**, relatou que a mesma Comissão tem reunido frequentemente e que nas últimas reuniões contou com a presença de convidados, das comunidades escolares locais, os presidentes das Comissões Administrativas Provisórias dos Agrupamentos de Escolas de Benavente e de Samora Correia e os responsáveis pelas associações de pais e de encarregados de educação existentes nesses dois agrupamentos escolares. Explicitou que a chamada destes convidados à reunião com a Comissão Permanente da Assembleia está relacionada com a **séria preocupação de todos os autarcas quanto às situações financeiras de agregados familiares de alunos** dos estabelecimentos de ensino que todos os dias são reportadas, pretendendo-se envolver esses agentes das comunidades escolares no trabalho de levantamento de necessidades e de perspetivação de ações de ajuda, sobretudo no que respeita aos segundo e terceiro ciclos do ensino básico onde não existe uma ação tão direta do Executivo Municipal quanto no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico. Deixou que os agentes das comunidades escolares convidados na Comissão Permanente da Assembleia têm-se manifestado bastante



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

disponíveis para participarem na discussão suscitada, e informou que atualmente se está em fase de levantamento de necessidades, na escola, à responsabilidade das Comissões Administrativas Provisórias dos agrupamentos de escolas, e que já há estratégias de atuação delineadas, através das associações de pais e de encarregados de educação.

— **Sónia Ferreira** afirmou que continuam as **reclamações dos munícipes contra a qualidade dos serviços prestados pela empresa municipal, AR – Águas do Ribatejo, EM., SA** que tratam, desde os cortes de abastecimento de águas sem aviso prévio devido até à recorrente questão do aspeto e da qualidade da água que corre nas torneiras, advogando que para além das hipotéticas questões de saúde pública que se coloquem, existem comprovados danos materiais para os consumidores já que os detritos da água acumulam-se nos eletrodomésticos, ou avariando-os ou forçando a que, por exemplo, se lave novamente a roupa, com custos acrescidos de água e de eletricidade, sendo que se verifica um preço mais elevado do que quando a entidade gestora dos sistemas públicos de abastecimento de água era a Câmara Municipal. Disse que, neste contexto, entende que a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer junto da administração da empresa municipal em defesa dos interesses dos munícipes que, ademais, não lhes tem sido reconhecido o direito a *descontar* no montante da fatura mensal o mau serviço prestado ou o serviço não prestado.

— **Nelson Lopes** começou por fazer votos de boas festas para todos. Depois, reforçou as **preocupações sobre as questões sociais** vivenciadas hoje em dia por muitos dos munícipes, afirmando que a Câmara Municipal e demais autarquias locais estão a desenvolver um trabalho notável, incluso em substituição da própria Segurança Social, persistindo, também, situações que são satisfeitas mas que não são devidamente analisadas e que redundam em oportunismos, exemplificando com a situação de alegada família carenciada de Samora Correia, notícia nos jornais, cuja prioridade do seu chefe foi, assim que recebeu ajudas, a compra de cigarros e de vinho e com a situação, também noticiada de um homem que vive num automóvel mas que todos os dias almoça no mais conhecido restaurante do Porto Alto. Afirmou que não há dúvidas que existem pessoas a passar sérias dificuldades, mas que esses, os verdadeiros carenciados, por vergonha, não se assumem enquanto tal. Referiu-se ao aludido **trabalho da Comissão Permanente da Assembleia Municipal** abordado por Dora Morgado, não deixando de louvar as respostas sociais existentes junto da Santa Casa da Misericórdia de Benavente e da Fundação Padre Tobias, em Samora Correia, instituições particulares de solidariedade social que inseridas na rede implementada, na qual também tem responsabilidades o Município, não deixam nunca de dar respostas a quem delas realmente necessita, o que entendeu ser bem distinto dos anúncios públicos de iniciativas de recolhas de alimentos. Reportou-se, também, a **moção com o sentido do reforço da rede social instituída que, por iniciativa dos autarcas da Assembleia Municipal de Benavente, foi aprovada no seio da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo**, pretendendo-se assim exercer pressão junto dos responsáveis da Segurança Social para que façam o trabalho que legalmente lhes cumpre, não sendo mais admissível que este serviço governamental se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

desresponsabilize remetendo as pessoas que os procuram para o auxílio que sabem poder gozar, de forma célere, em sede da rede social municipal ou mesmo através das juntas de freguesia do nosso município. Mencionou o **documento que foi recebido pelos autarcas da Assembleia, remetido pela Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais**, na sequência de deliberação tomada assumindo a Tauromaquia e todas as suas tradições e valores conexos como património imaterial municipal, considerando que o mesmo deve merecer resposta, propondo que seja a Comissão Permanente de Educação, Cultura, Juventude, Tempos Livres, Desporto, Informação e Novas Tecnologias a preparar tal resposta, opinando que a correspondência recebida é uma afronta institucional, aos autarcas e ao órgão deliberativo municipal, expressamente apelando ou persuadindo que se volte atrás com a palavra dada. Lamentou que há cerca de dois anos atrás, na situação contenciosa que envolveu a **Associação Recreativa do Porto Alto e a Fazenda Nacional**, o documento que se apresentou em plenário manifestando a maior solidariedade com os dirigentes associativos da mesma associação, não tivesse sido unanimemente aprovado, e que os mesmos dirigentes tivessem sido massacrados e julgados em praça pública, sem que com eles ninguém com responsabilidades se solidarizasse. Informou que o processo contencioso entretanto decorreu com o apoio do vereador municipal José D'Avó, que a associação contratou bons advogados e contestou as coimas elevadíssimas aplicadas pelo serviço de finanças e, a final, foram-lhe restituídos cerca de quarenta e oito mil euros já liquidados, tendo sido mostrada a razão do injusto processo de que foi alvo. Ressaltou que o presidente da Autoridade Tributária fez uma espécie de *mea culpa* e que foi aberto processo de inquérito disciplinar interno visando apurar as inerentes responsabilidades dos funcionários fiscais implicados, **o que considerou como uma vitória em especial para a AREPA, mas também para o movimento associativo**, porque todo o processo mostrou que não existem dirigentes associativos corruptos e negligentes que devem ser humilhados publicamente, mas sim pessoas que abnegadamente se colocam ao serviço dos outros e das suas comunidades. \_\_\_\_\_

— Entrou na sala de sessões, assinou o Livro de Presenças e **passou a tomar parte como membro da Assembleia Municipal, o autarca Miguel da Silva, passando os trabalhos a decorrerem na presença de vinte eleitos.** \_\_\_\_\_

— **Nuno Vieira** interrogou o Executivo Municipal sobre o que qualificou ser a **intervenção feita no Jardim da Fateixa, na vila de Benavente**, como um atentado à herança patrimonial desse espaço público municipal. \_\_\_\_\_

— **Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para responder** à menção de que ninguém com responsabilidades se solidarizou com a situação difícil por que passou a **AREPA** e os seus dirigentes sociais, afirmando que nunca teve ação pública a favor ou contra a associação, apenas tendo, a título pessoal e técnico, no âmbito da sua atividade profissional, atempadamente avisado os seus responsáveis sociais que a aquisição das viaturas em causa não fundava o direito a recuperar o Imposto Sobre o Valor Acrescentado devido. \_\_\_\_\_

— Durante a intervenção do Presidente da Assembleia **passou a tomar parte como membro nato da Assembleia, Hélio Manuel Faria Justino**, Presidente da Junta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Freguesia de Samora Correia, eleito pela Coligação Democrática Unitária, **passando os trabalhos da sessão a decorrer na presença de vinte e um autarcas.**

— **Foi, então, dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções dos autarcas.**

— O **Presidente do Executivo Municipal** começou, em resposta à intervenção de Dora Morgado, agradecendo o trabalho de todos na tão preocupante e difícil questão da **ação social e da solidariedade**, reafirmando que a Câmara Municipal está a trabalhar em aviso laranja, por analogia ao que acontece no domínio da Proteção Civil Municipal, aplicável à situação social de muitas famílias no município. Disse que, designadamente, nas escolas foram traçadas orientações muito claras que estão a ser cumpridas e que assentam na sinalização das situações que devem ser avaliadas, por parte do professor, em cada sala de aula, relativamente a cada aluno, por ser quem mais próximo está dos alunos e melhores condições tem para avaliar as alterações comportamentais que se verifiquem, as quais são imediatamente objeto de atuação, sem burocracias à partida, com direito a refeições, a ação social escolar e demais apoios. Reconheceu sobre os mecanismos de apoio social instituídos que existem duas velocidades, a do agrupamento escolar, com orçamento próprio mas dependente do Ministério da Educação, que não pode tomar decisões que deveriam ser imediatas, sendo imprescindível ao bom trabalho que existe e que se quer prosseguir, que os mecanismos de comunicação e de decisão entre escolas e ministério sejam agilizados, tornando-se as respostas mais imediatas, mais rápidas. Reportou iniciativa, em Samora Correia, de apoio social a alunos carenciados e às suas famílias relativa a bolsa de livros e de matérias educacionais, que se debateu com constrangimento inicial da escola não poder adquirir tais materiais, tendo-se alcançado uma maneira de viabilizar essa ação, a transferência do orçamento municipal da verba para o efeito, enquanto componente de apoio à família, mediante fatura *pro forma*, possibilitando a aquisição e o pagamento imediatos dos materiais necessários. Considerou ser este um exemplo de que o poder político de proximidade deve servir, no caso, a comunidade escolar e os alunos mais necessitados, isto é, primeiro responder rapidamente às necessidades e depois preocupar-se com as formalidades e burocracias mínimas a cumprir legalmente.

Prosseguiu, assinalando que a questão suscitada pela autarca Sónia Ferreira é recorrente e respeita ao funcionamento da **AR, EM, SA**, uma empresa em que o Município de Benavente é parte, com responsabilidades na sua administração, sem nunca se ter perdido de vista que a primeira responsabilidade, enquanto Presidente da Câmara Municipal, é a representação dos munícipes e dos seus direitos e interesses. O que fez com que sempre tivesse denunciado os problemas existentes e tivesse perspetivado as suas soluções. Mais, reconheceu que têm existido dificuldades, por razões de gestão da empresa e de ativos humanos. Em Benavente sempre houve, tal como hoje, um vereador municipal responsável pelos pelouros do abastecimento de água e do saneamento básico, e tal como no tempo em que a entidade gestora destes sistemas era o Município, hoje, com a constituição e funcionamento das AR – Águas do Ribatejo, EM, SA continua a persistir o direito das população a exigir um serviço com qualidade que conduz ao prestígio da empresa municipal. Este objetivo tem sido, é e será



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

sempre uma luta, sendo necessário que ocorram mudanças de comportamento dos responsáveis e dos trabalhadores da empresa municipal, problemas que já estão diagnosticados e que já teve oportunidade de levar à consideração do Conselho de Administração. Passou a esclarecer, em concreto, que as ruturas de serviço são situações imprevistas, mas exigem um trabalho árduo e exigente no restabelecimento das condições que viabilizem a reposição do serviço, mas também, a reposição e a exploração da rede em boas condições de funcionamento, e reconheceu que isto não tem acontecido muitas vezes no Município, tendo até já sido necessária a sua intervenção e a de outros vereadores no terreno, para o que sempre estiveram prontos a responder e fizeram-no. É esta postura, este conhecimento e esta sinalização do que é essencial nestes casos, explicando a sua origem e salvaguardando o essencial quanto à reposição da rede, que identificou como estando em falta na empresa municipal, afirmando que ainda não tomaram aí consciência de que deve imperar a política de proximidade entre a maior responsabilidade de quem determina e de quem executa e os utentes dos sistemas públicos essenciais em causa, antes existindo uma atitude de desculpabilização de cima para baixo e em sentido inverso. O que, disse, já ter recomendado reiteradamente ao Diretor Geral da AR, EM, SA, contudo, ainda sem resultados positivos que definitivamente permitissem afirmar que os munícipes têm uma boa imagem da empresa, que a considerem sua, como ela de facto é. Disse, ainda, que já ponderou e colocou a quem de direito a pertinente questão levantada do direito ao crédito sobre os consumos de água da rede pública quando o funcionamento do sistema não garante o consumo de água em estado próprio para os vários usos humanos em que comumente é empregue, num modelo que deverá ser semelhante ao que acontece em outras empresas prestadoras de serviços públicos essenciais como é o caso de eletricidade, considerando que haverá lugar ao ressarcimento dos utentes pelos danos devidamente comprovados, estando habilitados a quantificar o tempo de serviço em causa e os prejuízos que sofreram. Referiu que todas as questões controversas que até agora mencionou são assuntos que estão neste momento em plena discussão no Conselho de Administração da empresa municipal e que está perspeticada para janeiro do próximo ano, a realização de uma reunião geral com os trabalhadores técnicos superiores da empresa, uma vez que existe a intenção destes assumirem as suas responsabilidade e funções no terreno, junto das populações, com maior proximidade às pessoas. Afirmou que quando o abastecimento de água e o saneamento básico estavam sob a alçada da Câmara Municipal, nunca o seu Presidente deixou de estar presente perante os utentes, dando a cara pela responsabilidade que cabia ao Município, pelo que não se pode admitir que meros técnicos da empresa municipal não tenham a responsabilidade de também o fazer no terreno. Sinalizou que o problema recente de corte de abastecimento de água em Samora Correia deveu-se ao facto da limpeza do depósito elevado ter sido subcontratada e de o trabalho ter corrido mal, com a intoxicação dos trabalhadores que o executavam, considerando que o mesmo foi executado às pressas e sem a devida concentração, acabando por só permitir o restabelecimento de água cerca das vinte e uma horas. Culminando, disse que a preocupação trazida pela autarca é também uma preocupação do Executivo Municipal, a crítica feita é-o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

justamente, porque a empresa municipal, enquanto projeto, tem as melhores condições, financeiras, técnicas e humanas para prestar, com qualidade acrescida, um dos mais essenciais serviços públicos, e têm que se consciencializar que têm que ser melhores, para o que é essencial o discurso e a atitude internas que conduzam os seus trabalhadores, a maioria oriunda dos municípios associados e uma cúpula que vem de fora da realidade dos municípios, a ser mais próximos dos utentes. \_\_\_\_\_

— Sobre a situação fiscal da **AREPA**; o Presidente do Executivo municipal afirmou que desde a primeira hora aquela associação contou com a inteira solidariedade da Câmara Municipal, em particular com a ajuda profissional do vereador municipal, José D'Avó, por impulso dos restantes membros do Executivo, mas também com o acompanhamento constante pelo vereador com o pelouro do associativismo local, Carlos Coutinho, de alguns trabalhadores municipais que para o efeito deram o seu melhor contributo, não podendo ser justamente reclamada qualquer falta de apoio. A verdade é que o que foi feito poderia ter sido anunciado publicamente, mas não o foi porque a nossa postura e prática não é essa, mas sim de tratar com seriedade e competências os problemas que necessitamos ajudar a resolver. \_\_\_\_\_

— Quanto ao assunto colocado por Nuno Vieira, disse o Presidente da Câmara Municipal que comunga inteiramente da leitura feita pelo mesmo na sua intervenção. Transmitiu que logo que se deu conta do que se estava a passar com a obra no **Jardim da Fateixa**, falou com o vereador municipal responsável, para resolução imediata do que considerou, sem escusar-se a eventuais responsabilidades com origem na leitura que fez do projeto, um erro, uma vez que a intervenção arquitetónica preconizada pelo projetista defendia o apagar da memória coletiva local, da imagem coletiva do que tem sido o espaço público em crise. Garantiu que está já determinada a reposição da situação no estado que é recordado e querido por todos os benaventenses. \_\_\_\_\_

— **Após as respostas do Executivo Municipal**, a Mesa da Assembleia devolveu o uso da palavra ao plenário do órgão deliberativo e **tomaram a palavra os autarcas Sónia Ferreira, Hélio Justino e Ricardo Oliveira**. \_\_\_\_\_

— **Sónia Ferreira** disse que ouviu atentamente a intervenção do Presidente da Câmara Municipal a propósito do **funcionamento da AR, EM, SA**, afirmando que os problemas agora situados mantêm-se há três anos e os utentes já perderam a paciência e a compreensão, nem sequer compreendendo já as situações que são incidentais. Disse que é difícil a quantificação do crédito de serviço quando falamos em qualidade da água fornecida, bem como a contabilização em tempo do mau serviço prestado, porque a maioria das pessoas passam maior parte do tempo fora das suas casas, muitas vezes nem se apercebem dos problemas ocorridos no serviço, pensando que apenas serão quantificáveis os danos provocados em equipamentos domésticos ou ao uso das diversas atividades económicas (comércio, restauração, indústrias, serviços, etc.). \_\_\_\_\_

— **Sobre a mesma temática** interveio, depois, **Hélio Justino**, para dizer que ontem chegaram à junta de freguesia de Samora Correia, inúmeras reclamações, na esmagadora maioria dos casos, de grande indignação, e que o principal visado foi o Presidente da Câmara Municipal, obviamente, porque é ele o político responsável que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

melhor as pessoas conhecem, sendo que, de facto, não conhecem quem está ao serviço e dá a cara pela empresa municipal. Mais, considerou que a empresa municipal não trabalha em função do sentido de interesse público que a devia nortear e por isso, situações como a que ocorreu em Samora Correia acontecem, deixando que, utilizando a imagem do futebol, quando uma equipa não rende e não tem obstáculos, não sendo os jogadores todos dispensáveis, tem que se mudar o treinador. —————

— Continuando no mesmo assunto, **Ricardo Oliveira** comunicou que hoje em Santo Estêvão, no período da manhã, se tinha verificado situação de falta de pressão da água, durante cerca de quatro horas, desconhecendo-se qual a razão do ocorrido. Opinou que a estrutura da **empresa municipal**, as pessoas que a servem ficam um pouco resguardadas na retaguarda do que são as posições públicas dos autarcas. Disse que o Presidente da Câmara Municipal tem, desde a primeira hora, dado a cara pela defesa do projeto da empresa local em causa, defendendo o espírito que devem ter, como já afirmou, todos os responsáveis políticos locais tentar incutir às populações a ideia de que as Águas do Ribatejo podem ser um projeto muito importante para o seu presente e para o seu futuro, e a verdade é que isso não foi conseguido, sendo que muitos são defensivos e cautelosos quanto à empresa municipal, porque os colaboradores e trabalhadores da empresa, internamente, não correspondem a esse esforço que os autarcas e que o Conselho de Administração têm feito. Disse que quando um diretor geral de uma qualquer empresa não cumpre com as orientações que lhe são impostas pela Administração, ocorre a sua substituição, mas na empresa municipal continua a insistir-se no mesmo assunto das pessoas, sem que se assuma uma posição definitiva de resolução dos problemas bem assinalados, o que começa a esgotar essa tentativa de defesa, sobretudo quando os responsáveis empresariais não assumem as suas responsabilidades, obrigando a fazê-lo o Presidente da Câmara Municipal ou o Presidente da Junta de Freguesia. Questionou sobre qual o processo de efetivação das responsabilidades superiores na empresa municipal e entendeu que a Administração deve equacionar as substituições dos maiores responsáveis pela orgânica empresarial, diretor geral e engenheiros, cujos vencimentos são pagos com o dinheiro dos munícipes. Terminou, dizendo que por mais que se queira dar louvores à empresa municipal, fica difícil quando não há correspondência de trabalho e bom serviço público.

— Durante a intervenção supra entrou na sala de sessões e **tomou parte como membro da Assembleia, Catarina Martins de Matos**, eleita pela Coligação Democrática Unitária, **passando os trabalhos a decorrer na presença de vinte e dois eleitos**. —————

— Usou da palavra **Nelson Lopes** que referindo o seu impedimento legal no debate de questões relativas à empresa municipal, AR – Águas do Ribatejo, EM, SA, por ser seu trabalhador, apenas deixou comentário às anteriores intervenções, dizendo que se tinham dito tremendas injustiças, citando Lena D'Água na frase, "*Demagogia feita à maneira é como queijo numa ratoeira.*" —————

— Foi concedida novamente a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que expressou que todas as anteriores intervenções demonstraram bem a importância do





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Poder Local e da necessidade de reforçar o poder de proximidade. Notou que a **AR – Águas do Ribatejo, EM, SA**, foi um projeto concretizado no seio da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelos municípios que quiseram fugir às Águas de Portugal, empresa para a qual nos queriam empurrar, empresa cujo sistema, entretanto, se revelou como um dos maiores problemas do país, com muitos municípios aderentes a comprar água a preços economicamente insustentáveis, a serem forçados, muito, ao Programa de Apoio à Economia Local, em face das dívidas que acumularam a essa empresa pública nacional, empresa que se sabe estar em falência técnica, estando agora em discussão a sua privatização. Afirmou que na nossa comunidade intermunicipal constitui-se a AR, EM, SA como projeto-piloto alternativo ao modelo empresarial público nacional, tratando da gestão de um sistema público integrado, de alta e de baixa, com acesso a financiamentos comunitários relevantes, de âmbito supramunicipal. Afirmou que esta solidariedade inerente ao projeto da empresa municipal funcionou e funciona, e considerou que apesar das vicissitudes e das dificuldades vivenciadas, a Águas do Ribatejo afirma-se como uma *pedrada no charco*: os que não acreditaram na obtenção dos financiamentos comunitários foram obrigados a acreditar, os conhecedores e experientes quadros de pessoal municipal foram afetos aos recursos humanos da empresa, os técnicos superiores e os diretores foram recrutados fora dos municípios, muitos deles em empresas similares, mas nas quais não se discutem como relevantes as questões de proximidades que ora preocupam os autarcas, pelo que esta sua postura, este seu *aport* tem de ser necessariamente contraditado, mas sem ruturas, com paciência, fazendo-lhes ver que o objetivo da empresa é obter lucros, mas o lucro não é um fim em si mesmo, antes é o meio para se conseguirem tarifas de serviço mais baixas possíveis, em benefício das pessoas que servimos. Informou que, em todo o caso, segundo um estudo levado a cabo e divulgado pela Autoridade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, em sistemas idênticos, as tarifas praticas pela AR, EM são as mais baixas no país. Garantiu, ainda, que o diretor geral da empresa municipal é uma pessoa que conhece pessoalmente há muitos anos, da sua experiência profissional na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sabendo que tem um profundo conhecimento na área da gestão empresarial e de quadros de apoios comunitários, mas que não tinha até ter ingressado na AR, EM, SA, qualquer experiência em sistemas de gestão de águas e ou de saneamento básico. Contudo, é uma pessoa que tem competências, qualidades e capacidades técnicas, que tem que ser ajudada por quem conhece em pormenor o objeto do seu trabalho de gestão, assim não colocando em causa a posição de diretor geral da empresa. Reiterou que ao invés de serem visadas as pessoas que trabalham na empresa o que tem que ser insistentemente defendido e passado no seu interior é que a empresa não pode funcionar sem política de proximidade de quem a integra aos utentes, às populações locais que servem.

---

— Hélio Justino teve, então, oportunidade de esclarecer que não conhece pessoalmente o diretor geral da **AR, EM, SA**, sabendo por terceiros que é uma pessoa extremamente competente. Recordou que há cerca de quatro anos após uma visita a alguns equipamentos sob gestão da empresa municipal teve oportunidade, na qualidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

de Presidente da Junta da Freguesia de Samora Correia, de manifestar-se bastante crítico em relação a alguns aspetos de funcionamento e, então, mesmo assim, esteve sempre disposto a mudar essa imagem inicial, não tão positiva, da empresa, e manifestou que passados estes anos nunca registou a mínima disponibilidade dos diretores e dos funcionários de maior responsabilidade na empresa, para atenderem Presidentes de Junta de Freguesia, não há contato algum, não permitem o contato e não se apresentam a esse contato, não foi conseguida uma maior proximidade aos eleitos locais e, sobretudo, às pessoas que deveriam servir, essencialmente afirmando-lhes um sentido concreto de prossecução do interesse público, no que nunca se empenharam.

— E o **Presidente do Executivo Municipal** transmitiu que cada vez que há um problema no abastecimento de água ou no saneamento público e é nele que as pessoas carregam, mas, ao mesmo tempo, não tem dúvidas que todos sabem que seria, enquanto responsável político máximo do município, capaz de procurar algo que fosse o mal do seu futuro, afirmando que sempre agiu de boa-fé e com sentido de futuro, explicitando a sua convicção que a **Águas do Ribatejo** é uma empresa nossa, das pessoas, de todos, e que continuará a sê-lo, é um projeto de futuro e que isso será demonstrado às nossas populações e lembrou que a alternativa a este projeto era na altura a adesão às Águas de Portugal e comprovadamente essa teria sido uma péssima decisão dos responsáveis autárquicos, tal como nos mostra o presente.

— Entretanto, **tomou parte dos trabalhos da presente sessão, a autarca Vânia Castanheiro**, eleita pelo Partido Socialista, **tendo os mesmos continuado, até ao termo, na presença de vinte e três membros.**

— Teve, em seguida, lugar a leitura dos **três documentos** feitos chegar à Mesa para discussão e votação, todos apresentados pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, a saber: 1.º - **Voto de Pesar pela Morte, no dia 17 de outubro, de António Malico Romão**, cidadão benemérito, solidário e humanista, sócio número um da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia, **com proposta para que a assembleia de freguesia de Samora Correia pondere a atribuição de topónimo na cidade;** 2.º - **Voto de Pesar pela Morte, no dia 29 de novembro, de João Vieira**, conhecido poeta popular João Sabino, homem simples, empreendedor e cidadão exemplar, **com proposta para que a assembleia de freguesia de Benavente pondere a atribuição de topónimo e** 3.º **Moção intitulada *Despedimento de 84 trabalhadores da VENDAP* - manifestação de preocupação em face ao anúncio do despedimento de 84 trabalhadores e de solidarização para com os trabalhadores afetados, maioria deles residentes no município e de incentivo ao grupo da VENDAP, S.A. para que, em conjunto com o Governo, estude a possibilidade de viabilizar a manutenção de todos os postos de trabalho.** Documentos anexos.

— Nenhum dos **documentos**, tendo sido colocados à apreciação do plenário, foi discutido, pelo que **tendo sido** todos **votados**, sequencialmente, pela ordem da sua leitura, **foram aprovados, todos, por unanimidade.**

— Concluídas a discussão e a votação dos documentos entregues à Mesa, o **Presidente da Assembleia** abriu o **Período de Intervenção do Público**, sendo que não se registaram inscrições dos munícipes para o uso da palavra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

— Passou-se, então, à discussão e deliberação sobre os assuntos que integram a **Ordem do Dia** da presente sessão: \_\_\_\_\_

**PONTO UM – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2013 –**  
**Apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea f) do número dois do**  
**artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nova barra**  
**noventa e nove, de dezoito de setembro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou a proposta em discussão, fundada em análise das receitas municipais, no seu carácter aleatório vincado pela atual conjuntura económica do país que tem graves reflexos na dinâmica económica local e nos lucros das empresas com atividade no município. Assinalou que a receita da derrama tem vindo a baixar, mas não tanto quanto o expetável, o que considerou ser um bom sinal, evidenciando que as empresas do município conseguiram obter lucros tributáveis. Indicou que, assim sendo, as previsões não são as melhores, não se sobrecarregarão os encargos empresariais mas será prosseguida a sustentabilidade da globalidade das receitas municipais, sem as quais não será possível à Câmara Municipal garantir a prestação dos serviços públicos essenciais às populações. \_\_\_\_\_

— Posta a proposta a discussão do plenário **não se registaram intervenções dos autarcas, pelo que se passou à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

**PONTO DOIS – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA**  
**2013 (RENDIMENTOS DE 2013 – RECEITA MUNICIPAL EM 2014) – Apreciação**  
**e eventual autorização, nos termos dos artigos décimo nono, número um, alínea c),**  
**vigésimo, números um e dois e quinquagésimo nono, todos da Lei número dois**  
**barra dois mil e sete, de quinze de janeiro (Lei das Finanças Locais), e da alínea e),**  
**do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta**  
**e nova barra noventa e nove, de dezoito de setembro:** \_\_\_\_\_

— O assunto em debate foi exposto pelo **Presidente da Câmara Municipal** que afirmou que a proposta surge em cumprimento do disposto pela Lei das Finanças Locais, entendendo que seria uma irresponsabilidade do executivo municipal reduzir a taxa aplicável, num momento em que esta receita, em conjunto com as transferências do Orçamento do Estado, é insuficiente para assegurar os encargos com as remunerações do pessoal ao serviço do Município. Registou que, neste contexto, tem que existir um acréscimo das demais receitas municipais, de forma a ser assegurada a despesa essencial relativa ao funcionamento das juntas de freguesia e do associativismo local, não sendo possível prescindir de qualquer montante desta provável receita. \_\_\_\_\_

— Colocada a proposta a discussão do plenário **não se registaram intervenções dos autarcas, pelo que se passou à sua votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

**PONTO TRÊS – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013 –** *Apreciação e eventual aprovação, nos termos das alíneas n) e o) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nova barra noventa e nove, de dezoito de setembro e pelas disposições conjugadas da alínea a) do número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove barra dois mil e nove, de três de Setembro e do número três do artigo quinto da Lei número doze- A barra dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro:*

— O **Presidente do Executivo** comunicou que as propostas em causa surgem como cumprimento de uma imposição legal. Disse, mais, que a reforma autárquica em curso contempla a diminuição dos dirigentes das autarquias locais, que é necessário conformar as estruturas dirigentes municipais e que a Câmara Municipal sempre foi, nesta matéria, cuidadosa e antecipou-se, sendo que a atual estrutura orgânica e dirigente municipal já respeita o objetivo legal que ora se cumpre, sendo certo que tendo vagado um lugar de diretor de departamento municipal, que saiu por aposentação antecipada, o mesmo não foi preenchido. Informou que a atual estrutura dirigente compreende um diretor de departamento municipal e quatro chefes de divisão administrativa, para um município com cerca de trinta mil habitantes, sendo que a lei impõe, ainda, a extinção do único lugar de diretor de departamento municipal. Comentou que, curiosamente, há outros municípios de menor dimensão, como Coruche e Salvaterra de Magos que conseguem manter na sua estrutura dirigente um lugar de diretor de departamento municipal, o que é incompreensível. Sobre esta idiosincrasia, enquanto exerceu funções dirigentes na Associação Nacional dos Municípios Portugueses teve oportunidade de a transmitir ao Secretário de Estado da Administração Local, governante que lhe garantiu que Benavente não seria afetada pela redução imposta legalmente, o que acabou por não acontecer. Referiu que as propostas contemplam, ainda, a criação de um lugar de coordenação de terceiro grau para o serviço municipal de ação social, justificou os lugares do quadro de pessoal a extinguir, com as aposentações e com a impossibilidade de renovação dos contratos de trabalho a termo certo. Terminou, dizendo que apesar de antecipadamente se ter reduzido a estrutura dirigente municipal, isso não foi suficiente em face da lei nova, ou seja, lei que, afinal, nos afirmou que estávamos errados em pensarmos que havíamos sido exemplares.

— Postas as propostas a discussão do plenário **não se registaram intervenções dos autarcas, pelo que se passou à sua votação, tendo, conjuntamente, sido aprovadas por unanimidade.**

**PONTO QUATRO – PROPOSTAS DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO –** *Discussão conjunta e votações separadas das propostas – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nova barra noventa e nove, de dezoito de setembro:*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

— O **Presidente da Câmara Municipal** informou a Assembleia que, guiado pelos critérios legais contabilísticos do Programa Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, o executivo municipal, enquanto órgão colegial, tem seguido ao longo do último mandato, um exercício continuado de análise calendarizada do comportamento das receitas e das despesas municipais. E, com base neste trabalho, determinou-se o comportamento expeável das receitas, e, depois, definiram-se as despesas imperativas, relativas a encargos com o pessoal, com os consumos de água, de luz, de combustíveis, com os serviços de refeições escolares, de manutenção e conservação de espaços verdes e de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos urbanos, etc., alcançando-se o devido equilíbrio orçamental. Mencionou que foi considerado que a poupança corrente será canalizada para a garantia da capacidade de endividamento municipal, a qual está profundamente ligada ao investimento que é possível fazer, destacando que as obras de requalificação e ampliação das duas escolas do primeiro ciclo do ensino básico prosseguirão graças à garantia do financiamento comunitário em oitenta e cinco por cento da despesa elegível, e que, acrescerão, apenas alguns outros investimentos menores, já vindo do ano transato, que por razões financeiras não foram concretizados. Destacou algumas das obras essenciais comparticipadas pelo Município, previstas nos instrumentos financeiros municipais, tais como a obra da nova creche da Creche e Jardim Infantil de Benavente, o novo lar residencial do Centro de Recuperação Infantil de Benavente, o novo lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Benavente e a intervenção na valência de creche da Fundação Padre Tobias, em Samora Correia, oportunidades de aproveitamento de fundos do atual quadro comunitário de apoio. Disse, ainda, que as obras de menor monta, com verbas por definir, relativas a estradas e caminhos na freguesia de Santo Estêvão e a obras no Centro de Bem Estar Social de Santo Estêvão. Explicitou que no orçamento que se apresenta, a Câmara Municipal decidiu manter o apoio às Juntas de Freguesia, autarquias locais que são parceiros importantíssimos que todos sabemos não dispõem de financiamento suficiente adveniente das transferências do Orçamento de Estado, considerando que não haverá diminuição de transferências do mesmo Orçamento de Estado para a Câmara Municipal. E que o mesmo acontece quanto ao apoio ao associativismo local, por se entender as associações e as coletividades enquanto forças que imporá manter vivas e fortes na sociedade civil já que desenvolvem ação complementar à atuação municipal, nos domínios, recreativo, desportivo, cultural e social. Transmitiu que o montante por definir importa em quinhentos mil euros, entendendo a Câmara Municipal que poderá recorrer a um empréstimo do mesmo valor para fazer face às suas responsabilidades, o que não implicará aumento do endividamento municipal, porquanto corresponde exatamente ao valor das amortizações previstas para o próximo ano. Informou que a dívida bancária do Município ronda os dois milhões de euros, o que permite ter uma posição nos primeiros lugares do *ranking* nacional dos municípios. Manifestou, ainda, que na elaboração dos documentos previsionais municipais os membros da Câmara pautaram-se pelas preocupações do rigor e do critério na utilização dos dinheiros públicos, respeitando os compromissos assumidos com os principais parceiros institucionais e com as populações, na expeativa de cumprir aquilo que é transversal às diversas forças político-partidárias,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

que é primordial na prossecução do interesse público, a saber: a construção de um parque escolar qualificado, eliminando-se os horários duplos, que responde atualmente a cem por cento das necessidades no ensino pré-escolar, o investimento, em parceria com as instituições particulares de solidariedade social locais, no que são as respostas à idade da primeira infância, aumentando-se a capacidade de acolhimento e assim respondendo a uma das maiores necessidades das famílias, o objetivo de oferecer aos mais idosos a possibilidade de viverem condignamente a sua última etapa de vida, em equipamentos com condições dignas e em contextos institucionais que garantam o melhor acompanhamento técnico e pessoal dos idosos. \_\_\_\_\_

— Dada a palavra ao plenário da Assembleia, **intervieram os autarcas Dora Morgado e Nelson Lopes.** \_\_\_\_\_

— **Dora Morgado** transmitiu que os eleitos do Partido Social Democrata vão abster-se nas votações das propostas em discussão, uma vez que, ainda que compreendendo que os instrumentos previsionais apresentados são os possíveis atualmente e concordando com alguns dos seus aspetos, exemplificando com a eleição da Educação como primeira prioridade e com a concretização do Plano Saúde nas escolas do município, relativamente a outros discordam em absoluto, tal como a não aposta no turismo e na dinamização das atividades económicas, o que têm sempre defendido. \_\_\_\_\_

— **Nelson Lopes** afirmou que o orçamento apresentado é o orçamento possível no atual contexto socioeconómico do país, ressaltando que as normas legais impostas ao Município têm diminuído a sua capacidade de investimento, com injustiça no que respeita às verbas transferidas do Orçamento do Estado, critérios legais que deveriam ser revistos na atual conjuntura de crise, uma vez que penalizam o Município. Disse que só a gestão criteriosa, ponderada e em certa medida defensiva que o Executivo tem feito, permite que se tenha uma considerável capacidade de endividamento, que não se diminua o apoio financeiro ao associativismo num quadro em que grande parte dos municípios não é capaz de o fazer, que se mantenham inalteradas as transferências de verbas orçamentais para as juntas de freguesia, o que corresponde a um esforço tremendo e continuado, ao nível da gestão financeira, mas também ao nível da incidência fiscal sobre os nossos munícipes, como é exemplo a deliberação tomada hoje quanto à taxa da participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Mais, disse que o empréstimo que será proposto contraturalizar é, também, muito defensivo e cauteloso, enquadrando-se no critério de limitar a despesa municipal ao estritamente necessário à manutenção do bom nível de prestação de serviços públicos à população. Evidenciou os compromissos assumidos no que respeita a imprescindíveis obras sociais, apoio que é mantido às instituições particulares de solidariedade social, não estando em causa obras de fachada, obras para marcar pontos em ano de eleições autárquicas. Interrogou-se quanto ao nível de investimento no Turismo e na dinamização das atividades económicas locais, questionando se seria justo reforçá-los em tempo em que os recursos financeiros são essenciais ao suporte de domínios tão importantes na vida coletiva como a ação social, a atuação das juntas de freguesia e o apoio às associações e coletividades, e em que existem exemplos claros de parques empresariais instalados



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

que não estão ocupados, concluindo que não há forma de investir-se duplamente, sem se prejudicar o que é fulcral.

— Usou, também, da palavra, o autarca **Bernardo Serra** que expôs que o Partido Socialista, na Câmara Municipal, defendeu a viabilidade do Município fornecer refeições escolares gratuitamente a todos os alunos dos estabelecimentos de ensino, expondo que consideram que a diferença entre as receitas originadas e as despesas correntes previstas gera um *superavit* de mais de oitocentos e dois mil euros, muito superior ao necessário para assegurar as refeições escolares gratuitas, cerca de duzentos e vinte e quatro mil euros.

— Em resposta às intervenções registadas, o **Presidente da Câmara Municipal** começou por afirmar que as políticas governamentais dos últimos anos conduziram o país à atual situação de perfeito desastre. Entendeu que as **atividades económicas** têm que se ligar às economias locais, cumprindo às autarquias locais a função de promover os maiores valores dos Municípios, contudo, interrogou, se tal é possível fazer sem que existam políticas setoriais nacionais para o efeito e qual foi o esforço que os governos nacionais empenharam para concretizá-las com os municípios. E, respondeu, dizendo que a política nacional tem sido, ao invés, uma política cega, que nos conduziu à atual profunda crise socioeconómica, para a qual não se vislumbra fim, uma vez que não existe a aposta séria na recuperação da economia, reforçando-se devidamente o seu necessário suporte financeiro, sabendo-se que a banca não tem liquidez suficiente e que isto tem acontecido com o consentimento das entidades reguladores do setor financeiro e dos sucessivos governos nacionais. Afirmou que a verdade é que a situação atual é desesperante para todos e que o Plano de Atividades Municipais não pode, neste contexto, ser complacente com a venda de quaisquer ilusões às nossas gentes, devendo a ação dos responsáveis políticos locais direcionada para o que são os interesses públicos transversais a qualquer partido político, priorizando as ações nos domínios da Educação e da Ação Social, e não para o endividamento municipal, assim se garantindo que o futuro de Benavente será muito melhor, porque comparativamente, assim, agindo, estamos numa posição de partida mais favorável.

— Esclareceu, ainda, Bernardo Serra, que, tal como ocorreu em sede de reunião de Câmara Municipal, o Partido Socialista persiste numa leitura errónea dos números vertidos no orçamento municipal, explicando que não existe qualquer *superavit*, o que existem são dívidas do Ministério da Educação ao Município que transitaram de um ano económico para o outro, despesa que o executivo já realizou, respeitante às componentes de apoio à família, às **refeições escolares**, aos alargamentos da ação social escolar. Sublinhou que a Educação e a mais ampla ação social escolar é uma luta que desde há muito encabeçou, na qual ninguém foi à sua frente, já que teve a oportunidade de defender junto dos sucessivos ministros da Educação, a essencialidade do investimento governamental na gratuidade das refeições escolares no primeiro ciclo do ensino básico, já que isso corresponderia a um pequeno investimento que seria largamente compensado em face das poupanças substanciais que seriam obtidas nos cuidados de saúde, promovendo e concretizando-se a devida nutrição dos mais jovens, o que nunca foi reconhecido. Evidenciou que a Câmara Municipal garante a gratuidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

das refeições escolares a todos os alunos comprovadamente carenciados que frequentam o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico. E reiterou que a intervenção do autarca mostra uma leitura profundamente errada do orçamento, o que seria bom ser reconhecido por quem a defendeu. \_\_\_\_\_

— Tomou, então, a palavra **Bernardo Serra** para dizer que ouviu atentamente o Presidente da Câmara Municipal e que continua defender a leitura que fez do orçamento municipal, reforçando considerar que num orçamento de dezassete milhões de euros era possível, ainda que não sendo técnico especializado, prever-se a gratuitidade de todas as refeições escolares. \_\_\_\_\_

— Perante o que o **Presidente do Executivo Municipal** repetiu que a verba em causa não é correspondente à receita com a comparticipação das famílias nos encargos com as refeições escolares, mas sim conta com o que é dívida do Ministério da Educação, não existindo excedente, e lembrou que no orçamento está por definir a verba de quinhentos mil euros, com a necessidade de se recorrer a empréstimo bancário. Mais, considerou que o Município de Benavente não é, nem deve ser uma ilha isolada, não conhecendo nenhum exemplo no país em que o Município assegure a gratuitidade integral das refeições escolares, sendo que todos os autarcas estarão ao lado do Partido Socialista na defesa disso mesmo junto do atual Governo. E que o fato da questão ser colocada neste fórum político, da forma como foi, pelo Partido Socialista, é demonstração de falta de bom senso. \_\_\_\_\_

— Interveio, novamente, **Bernardo Serra**, perguntando ao Presidente da Câmara Municipal se poderia concluir das suas palavras ser de todo impossível contemplar a proposta feita, ao que foi respondido positivamente. \_\_\_\_\_

— **Após a discussão conjunta das propostas insertas no presente ponto, decorreram as suas votações em separado.** \_\_\_\_\_

— **A proposta de Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e treze foi votada, na presença de vinte e três autarcas, e aprovada por maioria de treze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, com quatro votos contra, dos autarcas do Partido Socialista e seis abstenções, dos eleitos do Bloco de Esquerda e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** \_\_\_\_\_

— **As Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) para o ano financeiro de dois mil e treze foi votada, na presença de vinte e três autarcas, e aprovada por maioria de treze votos a favor, dos autarcas da Coligação Democrática Unitária, com quatro votos contra, dos autarcas do Partido Socialista e seis abstenções, dos eleitos do Bloco de Esquerda e do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata.** \_\_\_\_\_

— **Foi apresentada declaração de voto pelos autarcas do Partido Socialista que é anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.** \_\_\_\_\_

— Após a leitura da declaração de voto, na qual se advogou a ilegalidade o orçamento municipal, **a Mesa da Assembleia foi interpelada pelo autarca Ricardo**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

**Oliveira, que pediu ao Presidente da Câmara Municipal que se pronunciasse** sobre o alegado pelos autarcas do partido Socialista, manifestando que os autarcas do Partido Social Democrata acreditam que o orçamento é um documento legal. \_\_\_\_\_

— Então, **o eleito interpelado disse que** a declaração e voto ora apresentada pelo Partido Socialista é a mesma que foi apresentada em Câmara Municipal e que as alegações de ilegalidade nela feitas não têm qualquer fundamento, sendo que os serviços municipais competentes cumprem com os regulamentos e as leis vigentes na elaboração dos documentos previsionais, sempre o fizeram e nunca o Tribunal de Contas alertou, recomendou ou fez qualquer reparo à Câmara, o mesmo se passando com o Revisor Oficial de Contas e com as diversas Inspeções que têm estado nos serviços camarários. Entende que é apenas apresentação de mais um motivo sem razão, para justificar o sentido de voto. \_\_\_\_\_

— A este passo, encerrada a discussão e deliberação sobre o ponto quatro da Ordem do dia, **a Mesa concedeu, nos termos regimentais aplicáveis, um intervalo de vinte minutos, tendo os trabalhos da sessão sido retomados por volta das dezassete horas e quinze minutos.** \_\_\_\_\_

**PONTO CINCO – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS –** Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e do artigo décimo segundo do Decreto-Lei número cento e vinte e sete barra dois mil e doze, de vinte e um de junho: \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** lembrou a Assembleia que o órgão deliberativo municipal tem vindo, em anteriores sessões, reiterada e casuisticamente, a ser chamado a conceder autorizações prévias para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na lei conhecida como Lei dos Compromissos. Agora o que está em causa é o pedido de concessão e autorização genérica nos termos da documentação de suporte, com enquadramento legal devido, deixando o compromisso do Executivo trazer à Assembleia, caso a caso, as ações financeira mais relevantes. \_\_\_\_\_

— **Não se registaram intervenções dos autarcas, pelo que se passou à votação da proposta, sendo que, por unanimidade, a Assembleia concedeu ao Executivo Municipal a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais solicitada.** \_\_\_\_\_

**PONTO SEIS – PROPOSTA/AUTORIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO EM 2013 –** Apreciação e eventual aprovação, nos termos dos números três e sete do artigo trigésimo oitavo da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de janeiro (Lei das Finanças Locais) e da alínea d), do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nova barra noventa e nove, de dezoito de setembro: \_\_\_\_\_



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

— A apresentação da presente proposta coube ao **Presidente da Câmara** que assinalou tratar-se a mesma de uma medida cautelar, de precaução, em face da natureza aleatória de maior parte das receitas municipais, necessária tendo em conta a disciplina da Lei dos Compromissos quanto aos fundos disponíveis e à realização de receita e de despesa. Informou que o montante indicado é o limite máximo, ou seja, o empréstimo não tem que necessariamente esgotar os quinhentos mil euros, tal como aconteceu o ano económico passado. E que o dinheiro em causa será empregue em caso de dificuldades de tesouraria que se podem colocar apesar de serem agora menores que no passado. Mais, disse que as faturas com pagamento em atraso a fornecedores reportam-se a novembro deste ano e que se não adivinham dificuldades especiais no cumprimento do imposto pela Lei dos Compromissos, a qual permite a antecipação da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis, por forma a criarem-se os necessários fundos disponíveis, o que em todo o caso não resolve questões de tesouraria. \_\_\_\_\_

— Interveio na discussão da proposta o autarca **Nelson Lopes** questionando se existe a possibilidade de contração de vários empréstimos e se isso é legal, e se exige uma autorização prévia casuística da Assembleia Municipal e foi esclarecido pelo Executivo que se trata apenas da contratualização de um único empréstimo. \_\_\_\_\_

— **Após o que se passou à votação da proposta, sendo que, por unanimidade, a Assembleia concedeu ao Executivo Municipal a autorização solicitada.** \_\_\_\_\_

***PONTO SETE – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DE BENAVENTE E SAMORA CORREIA – Apreciação e eventual aprovação, nos termos do número um do artigo décimo terceiro e do artigo décimo quarto, ambos do Decreto-Lei número trezentos e sete barra dois mil e nove, de vinte e três de outubro, na redação dada pela Lei número trinta e dois barra dois mil e doze, de catorze de agosto:*** \_\_\_\_\_

— O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a Assembleia já tinha tomado deliberação sobre o assunto em discussão, aprovando a delimitação das áreas críticas de reconversão urbanística de Benavente e de Samora Correia, e, entretanto, o processo foi suspenso porque a lei nova passou a exigir aprovação da então Direção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, tendo ocorrido alguns problemas na adesão à Sociedade de Reabilitação Urbana no seio da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, com reservas relativas ao estudo de viabilidade económica. Mais disse, que no trabalho de preparação do próximo quadro comunitário de apoio as áreas em causa são área elegíveis, tendo a reabilitação urbana um peso considerável, cabendo agora aprovar a delimitação das áreas de reabilitação urbana com o objetivo de ser feita a inerente candidatura. \_\_\_\_\_

— Discutiram o presente assunto os autarcas **Dora Morgado**, **Nelson Lopes** e **Sónia Ferreira**. \_\_\_\_\_

— **Dora Morgado** disse que nada tinha a apontar quanto à proposta de delimitação da área de reabilitação urbana de Benavente, contudo, quanto a Samora Correia expôs algumas dúvidas, questionando se a Rua Florbela Espanca, o Beco da Liberdade e o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Bairro Padre Tobias estão incluídos na delimitação, zonas em que evidentemente existem necessidades de reabilitação urbana. \_\_\_\_\_

— Dada a palavra ao **Vice-Presidente da Câmara Municipal** este esclareceu que há outras zonas que deveriam constar das delimitações, mas estamos num momento em que o processo tem que ser expedito, constituindo, não obstante, um processo a todo o tempo aberto, podendo ser alargadas as zonas delimitadas a qualquer momento. \_\_\_\_\_

— O que foi complementado pelo **Presidente do Executivo** que notou que a urgência da deliberação da Assembleia prende-se com a iminência do quadro de apoio comunitário, vigente a partir do início do ano de dois mil e treze, sendo ainda necessário fazer a caracterização edifício a edifício, mediante a prestação de serviços que será contratada à Sociedade de Reabilitação Urbana intermunicipal. \_\_\_\_\_

— **Nelson Lopes** afirmou o projeto da reabilitação urbana como muito importante, na atual conjuntura socioeconómica, no que respeita à estética da urbe, à melhoria das condições da habitabilidade do edificado mais antigo, à arrecadação de receitas municipais, à dinamização da economia e do emprego locais, podendo ser a alvorada da retoma económica do Município. Disse, ainda, que vai ser necessário grande empenho de todas as entidades responsáveis, mais próximas das pessoas, sem preocupação por burocracia, devendo a Câmara Municipal assumir o papel de moderador junto dos proprietários que poderão beneficiar desta iniciativa, inculcando-lhes a pedagogia de que o abandono da conservação dos seus imóveis pode consubstanciar uma questão de salubridade pública. \_\_\_\_\_

— **Sónia Ferreira** comunicou ao plenário que os eleitos do Partido Social Democrata vão aprovar a presente proposta, aguardando a atualização das delimitações das áreas a delimitar. \_\_\_\_\_

— **Após o que se passou à votação da proposta de delimitação das áreas de reabilitação urbana de Benavente e Samora Correia, que foi aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

**PONTO OITO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO E PROPOSTA DE CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA A CELEBRAR –** Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea l) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação dada pela Lei número cinco-A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com os artigos vigésimo sétimo e septuagésimo, número um, ambos da lei número cinquenta barra dois mil e doze de trinta e um de agosto (novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais): \_\_\_\_\_

— O **Presidente do Executivo Municipal** justificou a proposta trazido à apreciação da Assembleia, afirmando que os novos diplomas legais que regulam o setor empresarial local e em especial os domínios do abastecimento de água, do saneamento básico e dos resíduos urbanos, obriga à revisão dos estatutos da empresa municipal em causa, bem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

como à fixação de novo tarifário. Disse que apesar de um parecer prévio da entidade reguladora nacional do setor aconselhar o aumento significativo das tarifas relativas ao saneamento básico, a mesma entidade aceitou as justificações dadas pela empresa municipal, respeitante à sua índole específica e diferente das empresas congéneres, fazendo ressaltar que a lógica empresarial que leva a cabo não visa exclusivamente o lucro comercial, não são distribuídos quaisquer dividendos, sendo antes a meta a alcançar a redução progressivamente do tarifário. \_\_\_\_\_

— O autarca **Nelson Lopes** apresentou **escusa de discussão e votação** do presente ponto da ordem do dia, o que foi aceite, passando o plenário a funcionar com vinte e dois elementos até à tomada de deliberação. \_\_\_\_\_

— **Após o que se passou à votação da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.** \_\_\_\_\_

**PONTO NOVE – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro:** \_\_\_\_\_

— O **Presidente do Executivo Municipal** iniciou a apresentação do presente assunto com a indicação do montante da **poupança corrente**, importando em pouco mais de um milhão de euros, entendendo que a mesma é suficiente e constitui um saldo que é importante manter, informou quanto às **receitas de capital**, referiu as **taxas de execução da receita e da despesa**, ambas acima dos oitenta e cinco por cento, o que considerou serem resultados bastante positivos no contexto atual de dificuldades e constrangimentos sérios na gestão financeira do Município. Mais, reportou-se à **poupança obtida nas despesas correntes**, situada em cerca de oitocentos e quarenta mil euros, essencialmente verificada nas despesas com o pessoal e nas despesas com as aquisições de bens e de serviços, e manifestou que estes resultados correspondem a um enorme esforço de todos os trabalhadores municipais que compreenderam a necessidade de reduzir substancialmente as despesas, e manifestaram compreensão e solidariedade no cumprimento desse objetivo de gestão, esforço que afirmou ser imprescindível continuar, por forma a não se cair no desequilíbrio da execução orçamental. Transmitiu os números relativos à **redução da dívida total municipal**, em dois mil e doze significando uma redução de cerca de trinta e um por cento, importando em mais de cinco milhões e quatrocentos mil euros, prevendo-se para o próximo ano, uma redução percentual de catorze por cento correspondente a mais de três milhões e quinhentos mil euros, verificando uma taxa global nos dois anos, de redução da despesa acima dos trinta e três por cento. Informou que a **dívida municipal a fornecedores** ficará em dia até ao último dia do corrente ano e que a **dívida bancária** situa-se um pouco abaixo dos dois milhões e quatrocentos mil euros, significando cerca de vinte e dois por cento do orçamento global. Comunicou, também, os **resultados da execução das receitas advenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

**Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis**, montante orçamentado e montante arrecadado (ao dia catorze de dezembro) em dois mil e doze, respetivamente: três milhões, setecentos e vinte e um mil e duzentos euros e três milhões e seiscentos, quarenta e um mil e oitocentos e cinco euros e dois milhões e duzentos mil euros e um milhão, duzentos e dez mil euros, sublinhando a queda da receita do último imposto municipal em cerca de cinquenta por cento. Informou, ainda, que o Governo já anunciou o corte de quatro mil milhões de euros da despesa nacional, o qual se prevê ser conhecido em pormenor em Janeiro do próximo ano, não sendo ainda conhecidas as consequências do mesmo quanto às verbas do Orçamento de Estado a afetar às autarquias locais e disse que não obstante, os dados da situação financeira atual e previsível do Município o fazem crer que o ano de dois mil e treze poderá ser visto com maior tranquilidade, ainda que se devam manter as devidas cautelas e atenção a fatores económicos que são externo, desconhecidos, imprevisíveis e que não se conseguem antecipados na atual conjuntura nacional, mas aos quais não se deixará de reagir com rigor e ponderação:

— Tomaram o uso da palavra na discussão do presente ponto da ordem de trabalhos os autarcas **Nuno Vieira e Nelson Lopes**.

— **Nuno Vieira** solicitou à Câmara Municipal o **ponto de situação sobre** o processo de **revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente**.

— **Nelson Lopes** expôs os seguintes assuntos: **1. Obra de construção** de edifício no **cruzamento da Rua Cândido dos Reis, em Samora Correia, com ocupação da via pública e condicionamento do trânsito** e alguns **acidentes rodoviários** verificados, considerando que a mesma ocupação se deverá manter pelo tempo estritamente necessário e que poderá ser equacionada o levantamento dos tapumes uma fase que a obra está em fase de conclusão; **2. Risco de queda de pinheiro** manso no **Porto Alto**, situação que deve ser alertada às competentes entidades; **3. Sinalização vertical de trânsito na Rua Almirante Cândido dos Reis e Avenida O Século, em Samora Correia**, espelho que está permanentemente desfocado, existindo dificuldade no acesso à dita avenida; **4. Prática de velocidades excessivas** pelos automobilistas na **Rua dos Operários Agrícolas, em Samora Correia**, com risco acrescido de acidentes, propondo a colocação de bandas sonoras; **5. Necessidade de reforço da segurança pública**, com o reforço de efetivos dos postos territoriais da Guarda Nacional Republicana no Município, e com a ponderação da possibilidade da prestação do serviço por empresas privadas licenciadas para o efeito, entendendo que não existe a real perceção da insegurança sentida pelas pessoas, já que estas, muitas vezes, por vergonha, não denunciam as situações que vivenciam, verificando imensos pequenos furtos, roubos, casos de burla e que isto está relacionado com o aumento do desemprego e registando que os níveis de insegurança aumentaram, no distrito, em especial em três municípios, Benavente, Ourém e Almeirim; **6. Reporte do trabalho desenvolvido em sede da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Benavente**, mencionando o bom trabalho levado a cabo, que o Vice- Presidente da Comissão Nacional tutelar desafiou a Comissão local a fazer o diagnóstico das respostas existentes, envolvendo várias equipas de trabalho, trabalho que culminará com a elaboração de Relatório Final e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

informando a Assembleia que os casos sinalizados estão a aumentar, que existem mais sinalizações nas escolas e que os recursos são menores, nomeadamente quanto aos serviços da Segurança Social e que já foi iniciada a informatização processual a qual se prevê concluir em janeiro próximo.

— Tomou a palavra para resposta às intervenções, o **Presidente da Câmara Municipal** que, reportando-se ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal, comunicou que o mesmo prossegue com a continuação de reuniões com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, existindo trabalho de grande proximidade entre os responsáveis dessa comissão, da Câmara Municipal e da equipa encarregue do Plano, trabalhando no esclarecimento de algumas questões em que divergem os entendimentos, nomeadamente, a referente à classificação do solo em categorias de espaços, em especial quanto à área turística existente e prevista na freguesia de Santo Estêvão, tendo-se alcançado formulação que permite na Mata do Duque I e na Herdade do Zambujeiro, maior capacidade edificativa, sem alteração dos índices urbanísticos, sendo que na Mata do Duque II a mesma deverá ser considerada uma unidade operacional com vocação turística, devendo o seu promotor apresentar projeto de índole essencialmente turística. Referiu, mais, a outras duas questões, estas de resolução mais difícil, respeitantes ao regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e a Declaração de Impacto Ambiental do Novo Aeroporto de Lisboa, informando quanto à primeira, que os técnicos responsáveis não aceitaram a proposta municipal pioneira que afirmava a exclusão dessa condicionante de algumas bolsas de território dispersas, situadas em aglomerados urbanos ou em áreas perspetivadas como de desenvolvimento económico, importando em cerca de cento e noventa hectares e a inclusão nessa condicionante de mais de dois mil hectares de território municipal e que teve a oportunidade de sensibilizar os responsáveis governamentais, o Secretário de Estado da Administração Local, pensando que os convenceu da razão da mesma proposta. Sobre a segunda questão, disse que está em causa a questão do estabelecimento das linhas isófonas 55-65 decibéis, em Santo Estêvão, considerando a entidade tutelar que, não obstante o Governo ter suspenso a obra de construção do novo aeroporto de Lisboa e de terem cessado as respetivas medidas preventivas, está em plena vigência a Declaração de Impacto Ambiental emitida, com termo a trinta e um do corrente mês, equacionando a sua prorrogação, pelo que até lá há que aguardar, deixando a opinião que caso se mantenha a vigência da referida declaração há que rapidamente alcançar uma solução que habilite a que o plano diretor municipal entre rapidamente em vigor e alvitando que este impasse possa estar relacionado com o processo político governamental de privatização da TAP e da ANA. Referiu, afinal, que com a entrada em vigor do novo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, não perspetiva que se coloquem problemas de complexa resolução.

— Ao que passou a comentar a intervenção de Nelson Lopes, primeiro, dizendo que foram tomadas boas notas de todas as questões concretas que situou pelos vereadores municipais responsáveis e abordou a suscitada questão da **insegurança pública**, informando que esteve agendada para o passado dia dezassete reunião dos Presidentes das Câmaras Municipais de Benavente e de Vila Franca de Xira com o Ministro da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Administração Interna, exatamente para lhe serem levadas as condições operacionais – recursos humanos e de equipamento –, da Guarda Nacional Republicana nos dois municípios e, em especial, para o situar quanto à sinistralidade rodoviária na Reta do Cabo, mas por impedimento do responsável político de Vila Franca de Xira a mesma foi adiada para janeiro. Reconheceu que existem sérias dificuldades na gestão dos recursos humanos e materiais dos postos territoriais da autoridade policial local, que há a necessidade de patrulhas conjuntas, integrando um militar de cada uma dos dois postos existentes, e que sem patrulhamento de proximidade há mais sentimento de insegurança, o que tem reflexos negativos na capacidade de intervenção operacional. Afirmou que, todavia, esta situação tem que ser necessariamente superada, já que não se pode aceitar que a mesma perdure, tendo que se continuar a reivindicar a afetação de mais meios aos postos do Município. E que, de fato, em situações de grave crise económico-social como a que se vive atualmente, a insegurança pública aumenta e o que é necessário é não descurar-se politicamente essa questão, não se cortar cegamente em domínios do Estado Social tão relevantes como o que ora está em discussão. Pronunciou-se, ainda, sobre o trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Benavente, afirmando que procura acompanhar a sua atividade, admitindo que existem dificuldades relativas à informatização processual, mas que para além dos técnicos municipais afetos ao funcionamento dessa comissão existe desde sempre uma estreita ligação com os competentes serviços municipais, e que a Segurança Social não tem dado o contributo que lhe é legalmente exigível e deixando que certamente o bom trabalho será prosseguido no futuro.

— Com o que **foi encerrada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia** e o **Presidente da Assembleia** dispensou a presença dos membros da Câmara Municipal, **anunciando a votação das minutas das deliberações de todos os assuntos objeto de deliberação da Assembleia, que foram aprovadas, também, por unanimidade.**

— Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente sessão, às dezoito horas e vinte minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e doze, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente **Ata, que apreciada por todos os membros, foi posta a votação e foi aprovada, por unanimidade**, sendo rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia Municipal.

A Primeira Secretária

---

O Presidente,

---

A Segunda Secretária

---